



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

KARLA DANIELLE CARNEIRO MACEDO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ

FORTALEZA

2017

KARLA DANIELLE CARNEIRO MACEDO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a conclusão da disciplina monografia III.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Virgínia Bentes Pinto

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M121p Macedo, Karla Danielle Carneiro.

Percepção ambiental dos servidores das instituições públicas do Meio Ambiente do Estado do Ceará / Karla Danielle Carneiro Macedo. – 2017.
56 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Virginia Bentes Pinto.

1. Informação Ambiental. 2. Educação Ambiental. 3. Percepção Ambiental. 4. Meio ambiente. I. Título.

CDD 020

KARLA DANIELLE CARNEIRO MACEDO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a conclusão da disciplina monografia III.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Virgínia Bentes Pinto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Ma. Maria Áurea Montenegro de Albuquerque Guerra
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por seu amor e misericórdia. A Ele toda honra e toda glória.

Agradeço a Prof^a. Dr^a.Virgínia Bentes Pinto, por toda paciência e contribuição, fundamentais para a concretização deste trabalho.

A minha família, razão de toda minha luta, minha motivação diária. A vocês, meu marido, meus filhos, minha mãe, irmãos e sobrinhos.

Ao meu pai, já falecido, por toda sabedoria repassada a mim através de seu amor.

A minha grande amiga Luzineide Andrade, por toda contribuição, sugestões, orações e conselhos.

Aos Professores Dr. Jefferson Veras Nunes e Ma. Maria Áurea Montenegro de Albuquerque Guerra, por terem aceitado participar de minha banca de apresentação da monografia.

RESUMO

Apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo geral estudar a percepção dos servidores das Organizações Ambientais Públicas do Estado do Ceará, com relação à sua compreensão do meio ambiente e educação ambiental nessas organizações. Trata da percepção ambiental de servidores públicos, que trabalham em Instituições especializadas na área ambiental, no intuito de verificar a eficiência das informações oferecidas a esses servidores, como também, suas necessidades informacionais. É uma pesquisa de cunho exploratório, com abordagem qualiquantitativa e cujo instrumento de coleta de dados foi o questionário aplicado, por meio do *google forms*, junto aos servidores de Organizações Públicas que tem como foco o meio ambiente no Ceará, porém, a pesquisa foi realizada somente em Fortaleza. Os resultados evidenciam que a percepção desses servidores, com relação a informação ambiental é de que ela tem grande importância para o desenvolvimento de suas atividades e das ações internas e externas dessas Organizações. Também ficou evidente que a informação ambiental deve perpassar por todos os níveis hierárquicos dessas Organizações. Aponta como fontes de informação mais utilizadas pelo público investigado são os livros, as palestras e os cursos e que embora, saibam da existência da agenda ambiental A3p, não a praticam em sua totalidade. Conclui que há necessidade de divulgação e sensibilização da informação ambiental internas a todos os níveis hierárquicos das organizações pesquisadas.

Palavras-chave: Informação Ambiental. Educação Ambiental. Percepção da Informação Ambiental. Meio Ambiente.

ABSTRACT

It presents the results of the research that had as general objective to study the perception of the servers of the Public Environmental Organizations of the state of Ceará, with respect to their understanding of the environment and environmental education in these organizations. It deals with the environmental perception of public servants, who work in specialized institutions in the environmental area, in order to verify the efficiency of the information offered to these servers, as well as their informational needs. It is an exploratory research, with a qualitative approach and whose instrument of data collection was the questionnaire applied through google forms, together with the servers of Public Organizations that focuses on the environment in Ceará, but the research was carried out only in Fortaleza. The results show that the perception of these servers, regarding environmental information is that it has great importance for the development of its activities and the internal and external actions of these Organizations. It was also evident that environmental information must permeate all hierarchical levels of these Organizations. It points out as the most used information sources books, lectures and courses and although they know the existence of the A3p environmental agenda, they do not practice it in its entirety. It concludes that there is a need to disseminate and sensitize internal environmental information to all hierarchical levels of the organizations surveyed.

Keywords: Environmental Information. Environmental education. Perception of Environmental Information. Environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O que pretende a educação ambiental	20
Gráfico 1 – Fontes de informação mais utilizada	40
Gráfico 2 – Estratégias utilizadas	41
Gráfico 3 – Ações que contribuem para o Impacto ambiental	43
Gráfico 4 – Sugestões para um melhor aproveitamento da A3p na Instituição	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organizações das Nações Unidas
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
UNCTAD	Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNEP	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	PERCEPÇÃO, EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL	12
2.1	Educação Ambiental	16
2.2	Informação Ambiental	21
3	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	25
4	GESTÃO AMBIENTAL	30
4.1	Integração da Gestão Ambiental	32
4.2	Integração da Gestão Ambiental nas Atividades de Recursos Humanos	32
4.3	Agenda 21	33
4.4	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	34
5	METODOLOGIA	37
6	ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	39
7	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO	55

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, existe uma grande preocupação em relação ao meio ambiente e a busca de soluções para minimizar os danos causados pelo homem. Para que haja um despertar dessa preocupação, deve existir uma iniciação, ou melhor, um apelo à sensibilidade e percepção do indivíduo que se dá através de conhecimentos, informações e estímulos. A percepção ambiental é estimulada principalmente por meio da educação que é dada através da informação ambiental. A percepção se dá como resultado do conhecimento obtido em que o indivíduo teve acesso a novas informações e a novos conhecimentos. Vasco e Zakrzewski (2010, P.18), esclarecem que:

Segundo a corrente empirista, a sensação e a percepção são causadas por estímulos externos que atuam sobre os sentidos e sobre o sistema nervoso humano, que provocam sensações ou uma associação de sensações ou uma associação de sensações, originando diferentes percepções.

Entende-se que não existe melhor forma de mudar o comportamento antigo do indivíduo, senão por uma reeducação do comportamento em relação ao meio ambiente. Hábitos nocivos, antes comuns e hoje percebidos como prejudiciais ao meio ambiente só poderão ser conhecidos pela sociedade como nocivos através de uma educação ou podemos dizer uma reeducação sobre o meio ambiente.

Novas práticas, novos costumes, adquiridos a partir de novos conhecimentos, nos dão a possibilidade de nos tornar uma sociedade sustentável. Como defendem Junior e Pelicioni, o processo da educação ambiental é:

É um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de atitudes que se transformam necessariamente em práticas de cidadania que garantam uma sociedade sustentável. (JUNIOR; PELICIONI, 2002, p.3).

Compreende-se que, para haver um desenvolvimento na atitude do indivíduo, é fundamental que haja um conhecimento, uma base informacional, fazendo assim uma mudança não só na percepção, mas também nas atitudes desse indivíduo. Mudando assim, gradualmente, a partir de um indivíduo e depois de um grupo, para depois transformar hábitos e culturas nocivos ao meio ambiente de toda uma sociedade.

Para Barreto (1996, p. 2), “a informação é uma estrutura significativa com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou à sociedade”.

A informação ambiental faz com que o indivíduo perceba os problemas ambientais mais claramente, compreenda melhor as formas de não causar tanto impacto ambiental e mude assim suas percepções a respeito do meio ambiente.

A importância do meio ambiente e as mudanças essenciais globais para salvá-lo, nos faz refletir em maiores possibilidades de minimizar seus problemas atuais. A temática: A percepção ambiental dos servidores das instituições públicas do Meio Ambiente, onde pretende-se perceber a preocupação das instituições em informar, reeducar, sensibilizar como também atualizar seus servidores a respeito das questões ambientais. Portanto, conhecendo assim e analisando a percepção, o conhecimento, a respeito da degradação ambiental e o acesso a informação sobre o meio ambiente. A carência por soluções ambientais e a nossa experiência de trabalho num órgão ambiental nos incentivou a fazermos esse estudo buscando respostas para o seguinte questionamento: Uma instituição pública que é voltada para preservação do meio ambiente, tem como preocupação a educação ambiental e o uso da informação ambiental para seus servidores? Todo esse estudo justifica-se pela importância da discussão em torno da percepção e da reeducação sócio-ambiental. Nesse caso, dos servidores de instituições públicas voltadas para interesses ambientais.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral: analisar as estratégias informacionais empreendidas pelas Instituições Públicas, que visam mudanças no comportamento de seus servidores no que diz respeito, a informação, percepção e educação ambiental dos servidores dessas instituições.

Como objetivos específicos temos:

- a) conhecer as necessidades informacionais dos servidores, relativas ao meio ambiente;
- b) verificar se as estratégias usadas pelas Instituições estão contribuindo para as mudanças relativas ao conhecimento da problemática do meio ambiente;
- c) identificar os impactos ambientais associados ao desperdício de material das instituições;
- d) avaliar a contribuição da implementação da A3P no processo de reeducação ambiental dos servidores;
- e) avaliar os pontos críticos de uma gestão ambiental no entorno de Instituições Públicas Ambientais.

Dentre os principais autores em que esta pesquisa foi baseada, ressaltamos os estudos de Leme (2001), que nos faz entender a importância do acesso a informação e como o conhecimento muda a percepção de um indivíduo e de sua comunidade.

Lacombe (2005) que nos dá, a idéia da administração de recursos humanos na área da consciência ambiental, de como é importante a gestão de pessoas para organizar e esclarecer idéias sobre o meio ambiente. E Tavares e Freire (2003), que trazem como pilar de nossa pesquisa, a importância da informação ambiental na contribuição da mudança do comportamento do indivíduo.

A estrutura do presente estudo está dividida em 05 capítulos organizados segundo assuntos relevantes ao tema proposto. No primeiro capítulo, que é introdutório, apresentamos a contextualização do tema, os objetivos do estudo e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo trata sobre a educação ambiental, seu processo na geração de conhecimento, na criação de novas habilidades, de novos valores, e da educação como forma de solucionar os problemas do meio ambiente. Complementa-se o capítulo com o conceito sobre informação e sua importância na interação com a educação. Isto é, ambas interagem e se somatizam no que diz respeito aos benefícios para a área ambiental.

O terceiro capítulo, fala sobre percepção ambiental e como é usada como instrumento da educação ambiental. Esclarece a importância da percepção, na consciência do indivíduo, e que através de informações, o homem se torna mais consciente, mais sensível, tendo sua percepção estimulada e transformada. E que através da informação na educação ambiental, o indivíduo perceba mais claramente seus direitos e deveres.

O quarto capítulo, explica sobre a Gestão ambiental e cita dois exemplos que são a Agenda 21, e a Agenda A3P (Agenda Ambiental na Administração). A Agenda 21 mostra a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento do séc. XXI. E mostra a importância na preparação da construção de sociedades sustentáveis e a interligação de métodos de proteção ambiental, justiça social, e eficiência econômica. A Agenda 21 busca soluções interligadas com o social, o ambiental e o político. E para complementar o capítulo, falamos sobre a A3P. Um programa que busca vivenciar os princípios da responsabilidade socioambiental.

Tem como objetivo, sensibilizar, reduzir impactos, adotar novos referenciais de sustentabilidade e contribuir para uma melhor qualidade de vida. A agenda propõe uma maior consciência das instituições na gestão ambiental.

E assim finalmente no quinto capítulo, são feitas algumas reflexões sobre as problemáticas levantadas, com o propósito de estabelecer possibilidades de melhorias, conforme os argumentos das teorias levantadas.

Nesse intuito, acreditamos poder contribuir para uma melhoria na gestão dos servidores de instituições públicas do meio ambiente.

2 PERCEPÇÃO, EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL

O termo percepção, derivado do latim perception, é definido na língua portuguesa como: ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; idéia; imagem; representação intelectual. Não é difícil identificar uma amplitude considerável de possíveis significados a partir dessas definições, que vão desde a recepção de estímulos até a intuição, a idéia e a imagem, que são categorias perfeitamente distintas no discurso filosófico. (MARIN, 2008).

Para compreendermos, a percepção no contexto ambiental, precisamos estudar os conceitos formados sobre percepção e focá-los na problemática do meio ambiente. Conforme Tuan (1980, p.75), “a percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo. Os órgãos dos sentidos são pouco eficazes quando não são ativamente usados”. Essa percepção trabalha no indivíduo e faz com que ele se forme mais consciente dos seus atos. Dias (2005 apud MOURA, 2007, p. 28) esclarece que a consciência ambiental é a necessidade por qualidade de vida que se forma no cidadão comum integrante “maioria silenciosa”, mas que em determinadas circunstâncias através de um elemento indutor, que pode ser a experiência acumulada, pode passar da apatia à ação. Corroborando com esse pensamento Lakoff e Johnson (1999 apud CAPRA, 2002, p. 67) afirmou que “os mesmos mecanismos cognitivos e neurais, que nos permitem perceber as coisas e nos movimentar no mundo, também criam as nossas estruturas conceituais e modos de raciocínio.” O indivíduo passa a perceber e ter atitudes que respondem a esses

estímulos de realidade e entendimento, mudando assim sua maneira de pensar e agir.

A **percepção ambiental**, sob o olhar de Fernandes (2004, p. 1), pode ser definida como sendo “uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo”.

Sob esse entendimento, percebemos o ambiente, suas realidades e suas necessidades, que o indivíduo tente a aprender como proteger e como cuidar do ambiente ao qual está inserido. Contribuindo assim, não só para a melhoria do ambiente físico em que vive, como também refletindo no meio ambiente em geral.

Para Okamoto (1996, p. 200),

[...] sensacionam-se os estímulos do meio ambiente sem se ter consciência disto. Pela mente seletiva, diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado a atenção, e só aí que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento.

Se o indivíduo percebe o problema, ou seja, o vê, o compreende, ele reage com ações sobre o ambiente em que está inserido. Essa ação será o resultado da percepção, do processo de conhecimento ou reconhecimento. Portanto, devemos compreender que a percepção deve ser estimulada.

Palma (2005) defende a ideia de que a percepção ambiental pode ser usada como um instrumento da educação ambiental, ajudando na defesa do meio natural, e ligando o homem à natureza e despertando nele, o cuidado e o respeito para com a Terra. Essa ligação entre homem e natureza, transforma para melhor nossa qualidade de vida, e abre novos caminhos para as novas gerações.

Uma constante insistência de atitude, no esclarecimento de dúvidas, demonstrações de novas ideias, uma ajuda para uma melhor percepção, faz com que o indivíduo com o tempo, até mesmo os mais resistentes, entendam e se adaptem aos novos meios, novas ideias, e percebam de maneira mais real as mudanças de atitude que o nosso novo mundo requer para conseguirmos reverter o quadro degradável de nosso meio ambiente. Chiavenato (1994, p. 126), explica que o treino é o ato intencional de fornecer os meios para proporcionar a aprendizagem.

Desse modo, o exercício contínuo de novos costumes, e de atitudes que envolvam a proteção do meio ambiente irão fazer diferença, daqui há algum tempo, para nossa sociedade. Entende-se que, informação, vivência, aprendizado e

desenvolvimento caminham juntos. A esse respeito, Capra (2002, p.43), cita Maturana e Varela (1987): “Viver é conhecer”. E continuam o raciocínio:

À medida que o organismo vivo segue o seu próprio caminho de modificação estrutural, cada uma das mudanças que compõem esse caminho corresponde a um ato cognitivo, o que significa que o aprendizado e desenvolvimento não passam de dois lados da mesma moeda.

Conforme Palma (2005, p. 28), quando falamos “o que os olhos não vêem, o coração não sente”, estamos dizendo que não existe sentimento sem ideia. Com outras palavras, isso representa o que não sabemos o que não conhecemos. Do grego, a palavra “idéa” significa “visão”; assim, idéia é igual à visão intelectual e a representação mental. Precisamos ter idéia dos problemas ambientais, sermos informados sobre eles e sobre o que eles podem nos causar. Também precisamos entender o que precisa e o que se pode fazer para reverter esse quadro de degradação ambiental. Mais uma vez ressaltando o poder da informação na transformação do meio ambiente.

Segundo Ferrara (1996, p. 79), “[...] o exercício da cidadania envolve uma percepção judicativa como forma de controle da experiência ou como correção contínua da informação ambiental [...]”. A formação da percepção do indivíduo fará com que ele tenha poder decisório, e uma maior consciência de seus direitos e deveres para com o meio ambiente.

Percepção ambiental também foi definida por Trigueiro (2003), como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo “homem”, ou seja, a percepção do homem pelo ambiente em que está inserido, pelo meio ambiente por completo, pelo mundo, o ajudará a proteger e perceber o ambiente em que está localizado, aprendendo a cuidar dele da melhor forma possível. O homem precisa estar consciente, sobre as informações que envolvem o mundo que o cerca. As informações trazem sensatez, senso crítico e sensibilidade, ao homem e o tornam mais consciente e sentindo-se mais responsável por seus maus hábitos e os transformando, em favor do meio ambiente.

Sem o acesso as informações corretas, o cidadão não tem como perceber os problemas ambientais. E essas mesmas informações, terão que ser disseminadas, da maneira certa e para o público certo, para que não haja problemas no entendimento destas informações. Nesse sentido, Alirol (2001, p.24) Explica:

[...] os diferentes atores não vêem os problemas ambientais e de desenvolvimento da mesma maneira, mas segundo sua contribuição para a geração desses problemas, ou sua vulnerabilidade às consequências dos mesmos. O sentimento de responsabilidade, ou a ideia que dele se faz, varia, enormemente, conforme a categoria social ou profissional a qual se pertence, e a escala na qual se vive ou trabalha.

A percepção ambiental, só poderá ser sentida ou mesmo percebida, por meio de um trabalho de educação ambiental, em que os indivíduos possam vir a compreender seus deveres e direitos ambientais. Para que não haja mais tanta desinformação e com isso o mau uso dos recursos naturais disponíveis no planeta.

Sobre a percepção ambiental, através da informação ambiental, Stranz (2002, p.230) entende que a educação ambiental é um processo permanente em que o indivíduo e a sociedade toma consciência do seu meio ambiente e adquirem informações, novos valores e hábitos, como também novos costumes e vivências que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros.

Macedo (2000) salienta que, a percepção ambiental, possibilita a aquisição de novos valores e perceber importâncias diferenciadas do meio ambiente. E por essa percepção, enxergar que a sobrevivência humana no planeta está intimamente ligada à utilização racional dos recursos naturais e à existência de outras formas de vida, integrantes da biodiversidade.

Para Ferrara, (1999, p. 153) percepção ambiental é

[...] informação na mesma medida em que informação gera informação: usos e hábitos são signos do lugar informado que só se revela na medida em que é submetido a uma operação que expõe a lógica da sua linguagem. A essa operação dá-se o nome de percepção ambiental.

Nosso planeta precisa de cuidados. Precisamos ter objetivos positivos em relação ao meio ambiente para que haja motivação, e a realização desses objetivos. Os objetivos são construídos segundo Sewell, (1978 apud MACEDO, 2000), e envolvem a consecução de três etapas sucessivas: (1) percepção, (2) ação e (3) coordenação, na resolução dos problemas. As percepções são necessárias para que o indivíduo possa agir positivamente, já que a ausência de conceitos, não lhes permitiria.

A percepção ambiental exige desenvolvimento e exercícios diários para que o indivíduo incorpore uma boa compreensão no seu cotidiano. Macedo (2000) entende que essa percepção, é decisiva, e influencia o comportamento humano;

mas, para que haja um ambiente de qualidade, o comportamento precisa ser dirigido para tal objetivo. Entendemos que esses atos são na verdade as pequenas mudanças nos nossos hábitos, que na verdade irão fazer diferença no futuro do planeta. Num fechar de lâmpadas acesas sem necessidade, no evitar do desperdício de água, na conscientização da reciclagem do lixo. O fato é que cabe ao ser humano, analisado individualmente, agir com vistas à preservação do meio ambiente. São ações individuais que trarão ao coletivo, efetivas mudanças na preservação da biodiversidade, fruto da consciência de cada um diante dessa necessidade de conservação.

2.1 Educação Ambiental

O reconhecimento da importância da Educação Ambiental (EA) aconteceu em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano conhecida como Conferência de Estocolmo. O evento conseguiu relacionar a preparação do ser humano para viver em harmonia com o ambiente com práticas educacionais, tornando, a partir de então, meio ambiente, educação e desenvolvimento, interdependentes. Outros encontros ocorreram como, por exemplo, o Encontro Internacional em Educação Ambiental (1975) promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a presença de 65 países para a formação dos princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), onde foi redigida a Carta de Belgrado. Os princípios orientadores do PIEA são: educação continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais com uma base de dados que contém informações da EA ao redor do mundo.

Aqui no Brasil, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida como ECO 92 que ocorreu no Rio de Janeiro, teve como objetivo a busca de meios, que permitissem o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação da natureza. Foi discutido mais claramente o conceito de desenvolvimento sustentável, e popularizou-se as questões ambientais no Brasil e em diversos países em desenvolvimento na implementação de uma economia sustentável. Foi apresentada a responsabilidade comum sobre o planeta, principalmente por parte das nações desenvolvidas,

gerando uma mudança de percepção sobre as questões ambientais por parte dos governos e da opinião pública. (REBOUÇAS, 2010).

A educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros. (UNESCO, 1987).

De acordo com Dias (2004), a educação ambiental é um processo que busca sensibilizar as pessoas quanto à questão do meio ambiente (como funciona, como dependem dele e como o afetam, levando-as a participar ativamente da sua defesa). Recorrendo a Panachão (2008 p.1), o autor segue explicando que:

Uma das metas básicas da educação ambiental é lograr que as pessoas e as comunidades compreendam o caráter complexo do meio ambiente natural e artificial, resultante da inter-relação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos, culturais e adquiram os conhecimentos, os valores, as atitudes e as aptidões que permitam participar, de forma responsável e eficaz, do trabalho de preservação e resolução de problemas ambientais, e na gestão apropriada ao meio ambiente.

Sato (2004) trata da importância do exercício de avanços e recuos, que o envolvimento social propõe, saindo da visão exclusivamente econômica. Sendo assim, a sociedade entenderia e daria mais valor a natureza e o ambiente em que vivem a cultura, e possibilitaria o processo de transformação pela educação ambiental. A educação tem como objetivos, a sensibilização, a compreensão, a responsabilidade, a competência e a cidadania ambiental.

A educação ambiental depende de um exercício de novos hábitos para modificação de antigas atitudes e assim se criem novos hábitos e novas culturas que combinem com a situação atual de interesse de renovar e reconstruir o planeta e resgatar o que já foi perdido pela natureza para que as gerações futuras não sofram com as atitudes inseqüentes das gerações atuais. Estas mudanças acontecem de forma lenta e gradativa, mas certa, desde que venha com embasamento educacional.

Jacobi (2006) confirma entendendo que, a educação para cidadania estimula a sociedade a adquirir valores individuais e coletivos, provocando mudanças comportamentais, de forma que esta educação produza motivação e sensibilização nas pessoas de forma dinâmica e participativa, no que diz respeito ao nível de consumo, onde esta cidadania será concretizada no aumento do número de

adeptos conscientes que poderão opinar e intervir nos processos decisórios de interesse público. Deste modo, entendemos que o processo da luta a favor do meio ambiente dependerá da sensibilização do ser humano, corrigindo assim, modelos de comportamento, e obtenção de mudanças desejadas e necessárias.

Existe atualmente, uma valorização do saber, da educação, da informação, porque se sabe que através do conhecimento encontramos respostas para problemas antes não resolvidos, sendo assim o conhecimento é a base para as grandes transformações sociais. Passos (2004, p.55) explica:

Na modernidade há, principalmente, a valorização da inteligência e da capacidade de pensar dos indivíduos. A razão, o conhecimento e a educação passaram a ser vistos como processos de libertação, pois [...] o uso da razão em sentido mais amplo, o que permite ao homem o exercício do pensar com independência, possibilitando o questionamento, de dogmas estabelecidos.

Lacombe (2005, p.377), esclarece que, “nenhuma sociedade pode sobreviver e progredir sem um conjunto de princípios e normas que encaminhe o indivíduo a um tipo de comportamento socialmente aceito como ético e sustentável”. Podemos compreender que o cidadão precisa ser informado, atualizado, esclarecido e agregar conhecimento á sua rotina de trabalho para obter uma visão atual das condições ambientais e conscientemente ser mais responsável com o meio em que vive.

O despertar de uma consciência ambiental depende da informação dada através da educação. Neste caso, é mais lógico se falar de uma reeducação, pois o consumismo e o individualismo que eram traços marcantes de nossa educação antiga são totalmente avessos à necessidade que temos de uma nova sociedade com uma educação com base no sustentável e no coletivo.

O homem necessita da razão, do conhecimento e da educação, como forma ou caminho para sua libertação. Essa libertação vem de questionamentos sobre ideias ultrapassadas, que muitas vezes causam transtornos para a atualidade. A mudança de atitude e muitas vezes de cultura, traz benefícios e soluções para problemas da sociedade moderna.

Essa sociedade precisa encontrar na informação, o entendimento, para se auto sensibilizar dos problemas adquiridos por anos e anos de descaso com a natureza, e conseguir perceber os limites para o seu consumismo inconsequente. O processo de degradação da natureza, já está sendo percebido e agora não mais

ignorado, pelos problemas agora sofridos no dia a dia da população. A informação traz a percepção, a solução para os problemas e o entendimento do tamanho do real problema no mundo, aliás, a informação mostra ao cidadão que sua atitude consciente em prol do meio ambiente no próprio ambiente de trabalho reflete em todos os lugares do mundo. As novas atitudes em prol do meio ambiente, do cidadão informado e consciente ecologicamente traz resultados para o coletivo.

De acordo com Barros (2004, p. 32)

Assim, o princípio da informação na proteção do meio ambiente, além de ser importante na afirmação de que todos tomem ciência do estado, das propostas e execuções de manejos do ecossistema, também contribui para a construção e renovação de uma opinião ambiental informada, de modo que cada cidadão possa trazer efeitos sobre o meio ambiente em que vive.

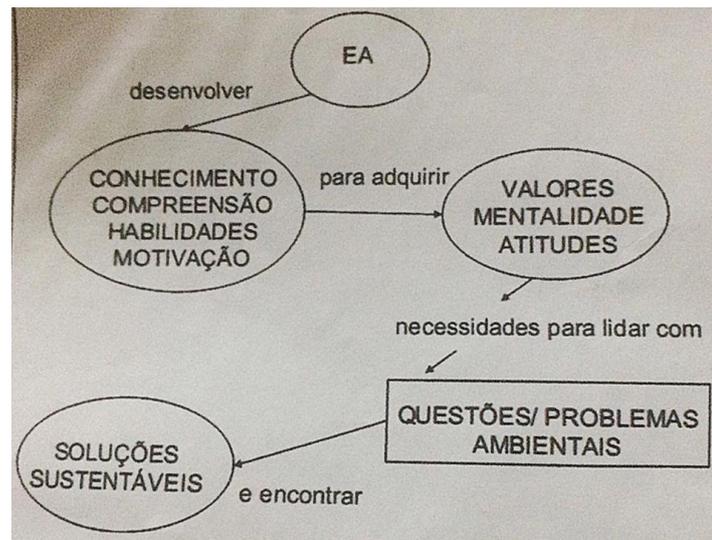
Leme (2001) também se refere às informações ambientais como necessárias a tomada de decisão do indivíduo:

O princípio da informação visa assegurar o acesso adequado, a cada indivíduo às informações relativas ao meio ambiente, disponíveis pelo, poder público. As informações ambientais de conhecimento do poder público devem ser transmitidas à população, de forma adequada e em tempo hábil, para que a mesma possa analisar a matéria e se manifestar. É obtendo as informações adequadas que o indivíduo poderá formar conhecimento e tomar posição ou se pronunciar sobre a matéria ambiental informada. (LEME, 2001, p. 872).

A informação ambiental é necessária para a participação consciente da sociedade, na busca de proteção ao meio ambiente. Mas, é necessário que o indivíduo tenha as informações adequadas, para que possa formar um real conhecimento e também possa tomar uma posição sobre o problema ambiental informado.

Corroborando com a idéia, Dias (2003), caracteriza a Educação Ambiental, como um processo de análise, de estudo, inovador e que atinge todas as áreas, para que possa fazer uma nova ética, uma nova educação, reestruturação de idéias e atitudes. Agora, uma educação mais preocupada com o mundo, e suas necessidades. Sendo assim, o indivíduo passa a adquirir um novo aprendizado sobre as soluções das questões ambientais.

Figura 1 - O que pretende a educação ambiental



Fonte: DIAS (2003, p.100)

Sabemos que, o indivíduo traz consigo hábitos vindos de outras gerações, como o desperdício e o consumismo, costumes que adquiridos não acabam fácil. Sem ilusões de que o indivíduo se torna ecologicamente correto, adotando atitudes nunca antes tomadas sem qualquer preparação ou treinamento. Uma consciência ambiental requer novos conhecimentos adquiridos.

Na verdade é um trabalho de consciência e exercício diário, pois o mesmo deixará de lado a comodidade, o hábito, seu egocentrismo natural e pensará nos males do planeta, do coletivo, do problema que ele na verdade muitas vezes não enxerga. O indivíduo precisa conhecer e analisar os problemas ambientais. Para passar a perceber o problema como seu. As informações obtidas por ele deverão acrescentar a sua percepção uma sensibilização, para que não haja dúvidas da importância das mudanças de seus hábitos, para que haja uma transformação para melhoria no meio ambiente.

Atualmente vemos que a educação aplicada na vida cotidiana do indivíduo, passa a ajudá-lo no seu desenvolvimento social, fazendo com que o mesmo passe a agregar valores antes despercebidos. O indivíduo se adapta melhor às mudanças que acontecem ao seu redor e percebe as transformações do mundo com mais naturalidade. Essa educação transmitida por meio de informações e percebida gradativamente sem radicalismos e obrigatoriedades, mas sim, passando para o indivíduo a percepção, a sensibilidade e a necessidade de uma mudança e

uma reeducação faz com que esse mesmo indivíduo se reedue e forme novos cidadãos.

De acordo com Lacombe (2005, p. 376) “Não na educação puramente intelectual, mas na educação que respeita os princípios éticos e morais”. Essa educação, que respeita os princípios éticos e morais do indivíduo, e que tende a ser mais facilmente aceita é a mesma educação que faz com que o indivíduo, evolua com a transformação do meio ambiente.

Essa nova educação significa na vida de muitos, uma reinvenção de hábitos e uma quebra de costumes, muitas vezes não agradáveis. A quebra de antigos hábitos e costumes pode significar um obstáculo. A desconstrução de hábitos e a reconstrução do conhecimento é um fator que necessita de uma prática diária de conversas, ações e planejamento, para que não haja conflitos. Uma nova visão sobre a prática educacional para o novo conhecimento do indivíduo e uma nova ética de responsabilidade social.

Segundo Soares (2002, p.121), será necessário uma nova prática pedagógica.

[...] que seja capaz de encarar este momento existencial de agonia-doença psicológica de nós humanidade, também provocada pela prática de uma milenar educação reducionista-mecanicista, totalmente contrária à manifestação saudável da expansão da vida na existência humana e na natureza [...]. (Soares, 2002, p.121).

Vivemos na verdade, uma necessidade emergencial de mudança de atitudes. Assim entende Brandão (2004, p.71), a educação é “inevitavelmente uma prática social que por meio da inculcação de tipos de saber, reproduz tipos de sujeitos sociais”. Essas novas práticas sociais fazem com que, o indivíduo passe a ter novos hábitos, e se torne um novo sujeito social, com a capacidade de um olhar crítico, um olhar mais sensível as causas ambientais e uma capacidade nova de auto-reflexão e assim haja uma constante busca de saber e uma melhor aceitação de novas mudanças.

2.2 Informação Ambiental

Todas as informações relacionadas direta ou indiretamente à situação do meio ambiente podem ser consideradas informação ambiental. A informação ambiental, disseminada entre a sociedade, faz com que o indivíduo se conscientize

sobre sua importância e deveres em seu ambiente. Uma visão real e atual da situação ambiental, através de informações, facilitam uma melhor participação e interação com a problemática ambiental. O indivíduo passa a perceber melhor, o que é necessário mudar em seu comportamento para garantir a saúde do ambiente e o melhor aproveitamento de seus recursos. Vieira (1986 apud PONTE, 2000) define informação ambiental como sendo:

[...] dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais facilitam a visão holística do mundo e, ademais, contribuem para a compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais. (Vieira, apud Ponte 2000, p. 203).

Por essa definição fica claro a importância da informação no processo de transformação da realidade, essa transformação faz com que os indivíduos compreendam as mudanças, analisem ou adquiram um senso crítico e assim possam perceber e interagir com os outros e com as mudanças globais mais harmonicamente.

A informação segundo Drucker apud Valentim (1997, p.15), é utilizada para aumentar o conhecimento do indivíduo que pode aplicá-la em seu trabalho e modificar substancialmente o padrão de qualidade de vida de um país.

Vieira (1986) esclarece que a informação ambiental, também pode ser compreendida como uma filosofia, na ética do intercâmbio de nações e indivíduo, como também na relação entre homens e natureza. A informação cria valores, orienta julgamentos e determina ações que são absorvidas pela sociedade a transformam como um todo. Mueller (1992), Acrescenta que a produção de informações ambientais objetiva a obtenção e a disseminação de dados, para o entendimento dos impactos de fenômenos naturais e das atividades humanas no meio ambiente para que haja uma maior compreensão e se estructure novas formas de políticas sociais, econômicas e ambientais integradas.

A informação age como instrumento de compreensão e modificação, na reestruturação para novas políticas sociais, econômicas e ambientais. É um real instrumento modificador da sociedade. A informação é qualificada aqui como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social e mantém uma relação com o conhecimento, que por sua vez só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal (BARRETO, 1996, p.02). A informação tem a capacidade de mudar a sensibilidade, através do conhecimento e sendo assim, atua

como agente modificador na percepção das necessidades de mudanças cotidianas. Portanto em uma visão mais realista, Ribeiro (2001) entende que, a práxis da educação ambiental, ou seja, a atividade humana, na sociedade e natureza, é constituída por um agir e pensar, que não são separados. Sendo assim, a junção do agir e pensar faz com que, um indivíduo consciente de que, sua ação local e individual transforma o global superando assim, a diferença do local e do global. Percebe-se que, a consciência planetária, não resume-se apenas na compreensão, mas também em seu sentir e em suas atitudes.

É exatamente, por causa da necessidade de uma consciência ambiental que, o indivíduo precisa ter o conhecimento de sua responsabilidade com o meio ambiente. E as instituições públicas, devem atuar com grande eficácia na solução de problemas ambientais, no que se refere à disponibilização de informações e proteção do meio ambiente.

Na perspectiva de Vasconcelos (1998 apud TAVARES; FREIRE, 2003, P.212), o Estado tem o papel de:

[...] proteger o meio ambiente e atuar diretamente na solução dos problemas ambientais, cabendo às entidades públicas pesquisarem e monitorarem diversos aspectos produzindo e disponibilizando informação. A administração estatal não detém o monopólio do saber relevante necessário, tendo que extrai-lo do sistema das ciências ou de outras agências.

Entende-se que, ao Estado cabem as pesquisas, a produção e a disponibilização da informação. Entende-se também que o Estado não possui o monopólio do saber, e que toda a importância informacional, relevante a sociedade deve ser extraída das ciências e de outras agencias.

Um grande progresso aos direitos internacionais do meio ambiente é a Convenção de Aarhus, que conecta direitos ambientais e direitos humanos. Essa Convenção foi realizada em 25 de junho de 1998 pela 4ª Conferência Interministerial da Comissão Econômica da ONU para a Europa. A Convenção ficou conhecida pelo nome da cidade onde foi realizada, mas seu nome original é Convenção sobre Acesso à Informação, Participação Pública em Processos Decisórios e Acesso à Justiça em Temas Ambientais.

Ela define informação ambiental como qualquer informação apresentada sob a forma escrita, visual, oral, eletrônica, ou outra, sobre o estado dos elementos ambientais, locais de interesse paisagístico e natural, diversidade biológica, fatores

relacionados à energia, medidas administrativas, acordos, política, legislação, planos e programas ambientais, análises econômicas que afetem a tomada de decisões de caráter ambiental, o estado da saúde e condições humanas e outras condições ambientais físicas que possam ser afetadas por atividades ou medidas de interesse ambiental. (ARTICLE 19, 2005).

Entende-se que Convenções assim, trazem para a sociedade, avanços no conhecimento, e uma maior participação, entendimento, e atualização dos problemas ambientais. “Possibilitar o acesso à informação através dos mais diferentes meios de comunicação torna-se fundamental na melhoria das condições de vida de nosso povo” (Freire, 2000, p.104).

A informação tem o papel de mudar o comportamento, solucionar problemas e transformar a percepção humana e suas éticas.

A informação ambiental poderia contribuir para a mudança de condutas e comportamentos, tendo papel fundamental na preservação ambiental, como subsídio para nossa ação no mundo e para diminuir a incerteza diante do meio ambiente, quer seja natural ou construído pelo homem. (TAVARES; FREIRE, 2003, p. 126)

Para entendermos a complexidade da nossa problemática, basta perceber que a informação é uma condição, mas não é tudo para a solução de nossos problemas ambientais. Takahashy (1999), explica:

É preciso competência para transformar informação em conhecimento. É a educação, o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que as pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo. (TAKAHASHY, 1999, p. 7).

Age também no caráter político, quando visa a igualdade, a melhoria na qualidade de vida, e a transformação na consciência dos seus direitos e deveres com o meio ambiente.

[...] a informação ambiental tem como fundamento a igualdade de direitos entre cidadãos de diferentes classes sociais e como objetivo melhorar a qualidade de vida da população. Da mesma forma, no plano internacional, o livre fluxo da informação entre os povos, o direito dos países periféricos do desenvolvimento e a convivência pacífica entre as Nações, são metas para aqueles que trabalham com a informação ambiental. (VIEIRA, 1986, p. 207).

Marteleto (1995) entende que, existe uma relação de dependência entre informação e cultura. E que, na construção da informação, deve se considerar os atores sociais, suas ações, o que representam e o contexto em que vivem, ou seja, suas realidades.

A educação e a informação são dois instrumentos, que podem facilitar a transformação dos costumes, garantindo uma renovação do pensamento e das atitudes. Faria (2009, p. 1), explica que:

A educação Ambiental e a informação, são instrumentos que, podem viabilizar a modificação dos costumes, da cultura devastadora ao meio ambiente que infelizmente impera até hoje e que gera problemas de grande monta, ameaçando inclusive a sobrevivência da raça humana.

Albagli (1995) vai mais além a entender que a informação ambiental traz uma segurança territorial para o Brasil e o faz ocupar uma melhor posição no cenário mundial:

Para o Brasil, em particular, a informação ambiental, ou melhor, dizendo, a informação para o desenvolvimento sustentável, é uma questão estratégica, ante a importância ecológica e econômica das reservas de natureza existentes em nosso território. É preciso que o país capacite-se para tomar a dianteira nessa área, não apenas como pré-requisito para inserir-se no esforço global de construção de uma via sustentável de desenvolvimento, mas também como condição para o exercício soberano da sua territorialidade e para um posicionamento vantajoso no cenário mundial. (ALBAGLI, 1995, p.08).

Entendemos que, a informação aliada a educação é imprescindível para um avanço na transformação de nossos costumes, de nossa cultura e para uma transformação de nossa realidade ambiental. Para que, possamos ser, além de um país privilegiado por suas reservas ecológicas, sermos um país exemplo de gerenciamento de suas próprias características naturais.

3 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O mundo atual está cada vez mais preocupado com a situação do meio ambiente, como também mais interessado pela problemática do Desenvolvimento Sustentável. Devido a uma nova visão universal, vem sido trazido ao nosso dia a dia reflexões sobre as necessidades do nosso planeta terra, e soluções que visam uma melhor qualidade de vida para a humanidade.

Para abordar a evolução da busca de soluções para os problemas do meio ambiente e das evoluções do desenvolvimento sustentável, optou-se por elaborar um esquema que traz o ano de ocorrência e os eventos com relação ao tema abordado sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

1948 – Foi fundado em Gland, na Suíça a IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza .

1968 – Foi criado o Clube de Roma, liderado pelo industrial Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King com mais 36 cientistas e economistas europeus. Esse clube pregava uma visão holística para buscar soluções para os problemas globais. Foi fundamental para difundir a interação entre produção industrial, população, danos ambientais, consumo e uso de recursos naturais. Surgiu a primeira etapa do eco diplomacia.

1971 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, realizada em Estocolmo, liderada por Maurice Strong, com a presença de 114 países. O Conceito de eco desenvolvimento é apontado como uma doutrina satisfatória para o dilema meio ambiente versus desenvolvimento.

1973 – No Brasil promulgou-se a Lei 73.030 de 30/10/1973, que criou a SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente, para fiscalizar as implicações do desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico sobre o meio ambiente.

1974 – A ONU patrocinou a conferência de Cocoyok (reunião da UNCTAD –Conferências das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento e do UNEP – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), onde se afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para esse quadro com o alto índice de consumo.

1981 – No Brasil com a Lei Federal nº 6.938/81, criou-se a Política Nacional do Meio Ambiente. Surgiu o primeiro texto no Brasil conciliando desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

1985 – Ainda no Brasil a Lei Federal nº 7.347/85, disciplinou a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente.

1988 – Foi inserido na Constituição Federal Brasileira o Capítulo VI, no artigo 225 voltado às questões do Meio Ambiente.

1989 – No Brasil com a Lei Federal nº 7.797/89, criou-se o Fundo Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, elevando a qualidade de vida da população. A ONU, em 22/12/1989, convocou um encontro global sobre os cuidados e degradação ambiental.

1992 – Nosso país sediou a ECO-92. O mundo atendeu ao pedido da ONU feito em 1989. Surgiu a segunda etapa da eco diplomacia.

1997 – Foi firmado, em dezembro, o Protocolo de Kyoto. Acordou-se em reduzir as emissões de CO₂ em 5% entre 2008 e 2012 em relação às emissões de 1990. Surgiu a terceira etapa da ecodiplomacia.

2002 – No Brasil, em âmbito federal, promulgou-se a Lei Federal nº 10.257 - Estatuto das Cidades. Houve o encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (realizada em Joanesburgo, na África do Sul, entre 26 Agosto a 4 de setembro de 2002).

2005 – Foi publicado pela UNESCO – A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - 2005-2014.

Pela análise observa-se que desde a década de 40, já havia uma preocupação com a utilização dos recursos naturais. Isso se acentuou nas décadas de 70 e 80, sendo que, na década de 90 e a partir do ano 2000, muitos efeitos previstos começaram a aparecer, intensificando a preocupação com a questão do desenvolvimento sustentável.

Devido a essa grande preocupação mundial com o meio ambiente, o Brasil também começou a buscar estratégias de combate à degradação ambiental. Essa nova maneira de perceber o meio ambiente se difere da maneira exploratória que víamos atuar em nossos recursos naturais.

Para Bollman (2001), a ação antrópica sobre o meio ambiente, ou seja, as alterações realizadas pelo homem, no planeta Terra, não deve ser compreendido apenas, pelo lado ambiental. Porque se trata, de várias questões, envolvendo o individual e o coletivo. Engloba também, vários aspectos, sendo eles, culturais, sociais, psicológicos e que são percebidos, pela sua complexidade no modo em que os recursos naturais disponíveis são aproveitados. Ou seja, os recursos disponíveis irão ser melhor aproveitados ou não, dependendo das características do homem e do contexto pelo qual está sendo inserido.

Nessa questão, o poder público pode ajudar na melhoria dos níveis de sustentabilidade:

O poder público deve interferir para garantir maiores níveis de sustentabilidade das atividades econômicas e de produção, levando a sociedade a refletir e adotar novos valores e hábitos. (Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P; 2007 p.06).

Tiezzi e Marchettini (1999 apud ALVES, 2008) entendem que, para as futuras gerações usufruírem dos benefícios do meio ambiente como as antigas gerações, e a atual, será necessário que, a ecologia e a economia/desenvolvimento se entendam e se complementem e que se conscientizem de que o planeta só continuará existindo, se existir uma crescente busca para a contribuição de condições para um equilíbrio sustentável.

Vale ressaltar a opinião do Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p.24), que assevera ser preciso que as instituições públicas façam ajustes necessários de modo que a sociedade possa se adequar ao novo estilo de vida e mudem suas atitudes, que atualmente estão levando a um desenvolvimento insustentável de má utilização dos recursos naturais.

Atualmente, existe uma busca por soluções para que o desenvolvimento político, econômico e tecnológico possa avançar sem prejudicar o meio ambiente. Caiden e Caravantes (1988, p. 273) explicam esse fato:

Assim, o significado de desenvolvimento foi acrescido de uma dimensão de valor. Não se tratava apenas de uma questão de revelar como as coisas funcionavam ou se desenrolavam, era também uma questão de fazer com que funcionassem melhor, ou se desenrolassem bem e não de forma indesejável. O objetivo era o progresso, o domínio das forças secretas – a física de Newton, a dialética de Hegel, “a mão oculta do mercado”, de Smith – para benefício da humanidade.

Ratificando aqui, a idéia do Desenvolvimento Sustentável, que visa o desenvolvimento, a modernização, aliado a defesa do meio ambiente. Tem como conceito de ser aquele, que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades, (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46), Representa uma evolução de conceitos anteriormente elaborados, sendo o principal deles o "ecodesenvolvimento", o qual vinha sendo defendido desde 1972, ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (SACHS, 2004, p. 36).

Para Veiga (2005), a diferença entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável é que ecodesenvolvimento trazia a ideia de que não era impossível se conciliar o crescimento econômico e a proteção ambiental. E desenvolvimento sustentável, defende a associação entre crescimento econômico e

conservação ambiental. Furnival (2000, p.79) acrescenta mais características sobre o Desenvolvimento Sustentável:

Diferentemente do entendimento de informação sobre o meio ambiente, que focaliza mais os fenômenos ambientais de forma especializada e compartimentada a informação para o desenvolvimento sustentável, se caracteriza pela sua abrangência e natureza interdisciplinar, e principalmente pela sua capacidade de provocar uma análise crítica que se reverta numa ação.

Percebemos nas diversas opiniões estudadas que, a busca pelo crescimento econômico, gerou grandes desequilíbrios ambientais como também, grandes desigualdades sociais. A idéia do desenvolvimento sustentável traz a luz para os problemas que visam as soluções para a compatibilidade entre crescimento econômico, preservação ambiental e o fim da desigualdade social.

O Desenvolvimento sustentável engloba vários fatores, que são inter-relacionados e compreendidos por suas necessidades. De acordo, com Stake (1977, p.9 apud SOUZA; BENEVIDES, 2005, p. 6) desenvolvimento sustentável apresenta a seguinte definição: “Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em consideração fatores sociais, ecológicos e assim econômicos; as bases dos recursos vivos e não vivos; as vantagens e desvantagens de ações; alternativas a longo e á curto prazo”. Temos então três objetivos do desenvolvimento: o social, ecológico e o econômico:

- a) Os objetivos sociais compreendem moradia, educação, saúde, e lazer;
- b) Os objetivos ecológicos compreendem preservação do meio ambiente e seus recursos;
- c) Os objetivos econômicos compreendem a produção, acesso aos bens de consumo e geração de riquezas.

Sem dúvida alguma, o desenvolvimento consciente visa o equilíbrio em busca de melhoria econômica, aliada ao não comprometimento ambiental. Senna, (2001, p. 11 apud RICO, 2004, p. 6), fala sobre os objetivos econômicos da nova política de desenvolvimento:

A nova política de desenvolvimento deve se basear na busca incansável da transformação produtiva com equidade social. A nova ética é a da co-responsabilidade dos grandes setores da vida brasileira (governo, mundo empresarial e terceiro setor) no enfrentamento das desigualdades sociais intoleráveis.

Trata-se de um novo momento, de várias mudanças, um novo paradigma, uma nova visão, uma maneira diferente de enxergar e tratar o planeta, não mais com a percepção de que víamos antes, mas, com novos meios de tratamento e soluções para os problemas entre a sociedade, economia e natureza. Almeida (2002, p. 28) fala sobre o velho e o novo paradigma:

O velho paradigma não dá conta de entender e lidar com as complexidades e sutilezas dessas transformações. Já o novo, cujo eixo é a ideia de integração e interação, propõe uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos do científico, com todas suas ricas variedades de disciplinas, ao religioso, passando pelo saber cotidiano do homem comum.

Novaes (2000), explica que, para se chegar aos objetivos do desenvolvimento sustentável, a sociedade em geral, ou seja, o cidadão, as empresas e o governo, se comportem de uma maneira, participativa e permanente. E que de acordo com a ideia do desenvolvimento sustentável, seja colocado em prática, a produção, a conservação, e a inclusão social. O sucesso da sustentabilidade dependerá da aptidão, da responsabilidade, da atenção do setor social e governamental.

4 GESTÃO AMBIENTAL

O termo “gestão ambiental” começou a ser discutido seriamente a partir de meados da década de 1980, com a crescente preocupação da população mundial em relação aos desastres que vinham ocorrendo no meio ambiente, decorrentes das atitudes de aumento produtivo a qualquer custo adotado pela maioria das empresas.

Os recursos naturais (matérias-primas) são limitados e estão sendo fortemente afetados pelos processos de utilização, exaustão e degradação decorrentes de atividades públicas ou privadas, conseqüentemente, estão cada vez mais escassos relativamente mais caros ou se encontram legalmente mais protegidos. Os bens naturais (água, ar) já não são mais bens livres/ gratuitos.

A preocupação com o coletivo, a conservação dos recursos naturais, dentre outros motivos fez com que as organizações também se preocupassem em administrar com pensamentos ecologicamente corretos, em busca de não mais prejudicar o meio ambiente, evitando assim desperdícios, poluições, enfim, evitando

acarretar mais prejuízos para o meio ambiente. Nilsson (1998 apud ROSA, 2013, p. 256), define a gestão ambiental como:

Gestão ambiental envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais] específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão de qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos níveis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais, etc.

Definitivamente não é tão fácil e simples administrar uma instituição com um pensamento ecológico. A gestão ambiental envolve disciplina, pesquisa, fiscalização, reeducação, e para que haja tal transformação precisa existir por parte da instituição um grande desejo por mudanças.

Complementando o conceito acima, Seiffert (2011) entende que a gestão ambiental é integrada em:

- a) Política Ambiental: conjunto de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação ou modificação no uso, controle, proteção, e conservação do meio ambiente.
- b) Planejamento ambiental: é o estudo prospectivo que visa integrar a adequação do uso, o controle, e proteção do ambiente as aspirações sociais e/ou governamentais através da coordenação de projetos de intervenções estruturais e não estruturais.
- c) Gerenciamento ambiental: conjunto de ações destinadas a acompanhar a execução do planejamento ambiental, e avaliar a conformidade da situação corrente com a política ambiental.

A Gestão ambiental proporciona uma melhoria na imagem institucional, melhor produtividade, melhoria nas relações de trabalho estimula pra criatividade do servidor, expansão nas relações com outros órgãos governamentais, e uma adequação aos padrões ambientais.

4.1 Integração da Gestão Ambiental

A integração da gestão ambiental, é a busca pela melhoria do relacionamento da Instituição com o meio ambiente. Segundo a ISO 14001, a adoção de um sistema de gestão ambiental, requer a definição clara de competência e responsabilidades da gestão pela Instituição.

De acordo com Bissell e Zamora (1993), para a efetividade da incorporação das práticas de gestão ambiental numa Instituição, define-se algumas decisões:

- ✓ Como os servidores vão interagir para assuntos de gestão ambiental.
- ✓ Como a comunicação entre esses funcionários fluirá.
- ✓ Como as relações de poder entre as áreas da empresa se comportam.
- ✓ Como é atribuída importância aos temas organizacionais.

Corazza (2003), explica que, a inclusão da gestão ambiental nas Instituições pode ocorrer de duas formas. Pela “integração pontual”, a incorporação é definida pela pouca influência da área ambiental no resto da estrutura organizacional, além de algumas ações isoladas de um servidor pela área do meio ambiente. E pela “integração matricial na dimensão ambiental”, que tem como característica a ampla influencia da área da gestão ambiental, nas outras áreas funcionais da Instituição, como o marketing, a produção e operações e gestão de recursos humanos”.

4.2 Integração da Gestão Ambiental nas Atividades de Recursos Humanos

Entendemos que, os recursos humanos facilitam ou geram uma melhor relação de trabalho, na melhoria do aproveitamento da produção, qualificação e mão- de – obra.

[...] Os recursos humanos contemplam o conjunto de condições que caracterizam as relações de trabalho, envolvendo os diversos aspectos que influenciam a produtividade, qualificação e flexibilidade de mão-de-obra. (FERRAZ et al, 1995 p.3-4).

A atividade de Recursos Humanos propõe uma facilitação, um maior rendimento na nova gestão, proposta e um melhor entendimento e aproveitamento, para que haja uma verdadeira transformação na Instituição.

Donaire (1999 apud Corazza, 2003), ressalta que o desempenho de uma organização está associado à de seus recursos humanos e que se uma empresa pretende implantar a gestão ambiental em sua estrutura organizacional, necessita do entendimento de que seus servidores podem transformar-se na maior ameaça ou no maior potencial para que os resultados sejam alcançados.

Existem algumas formas de incorporação e adaptação da gestão ambiental nas atividades das instituições. A busca por um novo tipo de gestão não é simples e nem tão pouco rápida, mas trará grandes benefícios a todos, tanto do ponto de vista econômico, tanto do ponto de vista ecológico.

De acordo com Backer (1995, p. 12), “o ambiente é o ecossistema planetário que toda atividade humana pode degradar ou melhorar”. Diante de nossas atitudes podemos piorar ou melhorar a situação do meio ambiente, cabe a nós, uma revisão de atitudes e inovações nos hábitos seja em nossos lares ou nas organizações em que trabalhamos.

4.3 Agenda 21

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, foram produzidos importantes documentos, destacando a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, e a Agenda 21 Global.

De acordo com Malheiros (2008) et. al, esses documentos representam instrumentos de comprometimento internacional, voltados para o desenvolvimento sustentável, considerados marcos institucionais para o esforço conjunto de governos de todo o mundo para ações que aliem desenvolvimento e meio ambiente.

Bruseke (1996, p. 108), entende que, “A interligação entre o desenvolvimento socioeconômico e as transformações do meio ambiente, durante décadas ignoradas, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo”.

Malheiros et. al (2008), esclarece que o termo Agenda 21, foi usado no sentido de demonstrar as intenções de desenvolver um novo modelo ao longo do século XXI. A Agenda 21 é importante para preparação da construção de sociedades sustentáveis, em diferentes regiões do planeta, interligando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

No Brasil, muitos municípios tomaram a iniciativa de construir suas Agendas 21 locais. O termo Agenda 21 local é o processo participativo e multisetorial de construção de um programa de ação estratégico dirigido para o desenvolvimento sustentável local. Seu principal objetivo é a formulação e implementação de políticas públicas, por meio de uma metodologia participativa que um governo e sociedade.

A construção da Agenda 21 brasileira iniciou depois de um processo de planejamento participativo que tinha por interesse analisar a situação atual do país e descobrir para potencialidades e fragilidades e visualizar o desenvolvimento futuro de forma sustentável. Para isso, se estudou a realidade brasileira de forma multisetorial, a partir de diagnósticos setoriais feitos por especialistas, apoiados por ampla participação de representantes de diferentes setores da sociedade de todas as regiões do país, inclusive com participação da área acadêmica (CPDS, 2000).

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade (SORRENTINO et. al, 2005, p. 287). Estamos vivendo uma fase de quebra de paradigmas, de mudanças, de distribuição de responsabilidades e a Agenda 21 trata justamente de reorganizar as coisas, reordená-las. Trata do social, do ambiental, do político, necessariamente trata do global.

4.4 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A A3P é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e

resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2009).

Tem como objetivos:

- ✓ Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- ✓ Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- ✓ Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- ✓ Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- ✓ Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

A criação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no final de 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e oficializada pela Portaria Nº 510/2002, vai ao encontro dos questionamentos expostos anteriormente sobre o número limitado de empresas do setor público certificadas pela ISO 14001 (MMA, 2009). A Agenda visa implantar a construção de uma nova cultura institucional na administração pública, tendo em vista à conscientização dos servidores para o desenvolvimento dos recursos e o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho. Pretende compor as empresas em sintonia com os princípios de ecoeficiência, incluindo critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais.

Segundo a definição do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), a A3P é uma estratégia de construção de uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais na administração pública. A agenda ambiental propõe inserir critérios ambientais, visando minimizar ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por suas atividades administrativas ou operacionais.

A agenda ambiental A3P, visa maior atenção nas diversas áreas do governo, propondo uma consciência na questão ambiental. Para que haja uma diminuição dos impactos ambientais. Solucionar o crescente volume de lixo que se acumula na administração pública, usar de forma adequada os recursos naturais (água e energia), ter certeza de que o governo adquire produtos de empresas que

respeitam o meio ambiente, capacitar gestores públicos em relação às questões ambientais, entre outros (MMA, 2009)

Segundo Barbieri (1997), a solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade do planeta. Ele também diz que, a gestão ambiental no setor público está relacionada ação do poder público conduzido segundo uma política pública ambiental. Através de um o conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação que o poder público dispõe para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente.

Com a agenda A3P, o estímulo à reflexão sobre os problemas ambientais na administração pública, desperta o interesse do funcionário, mudanças em suas atitudes e uma melhor compreensão de novas informações, e estímulos a novos hábitos. Um dos objetivos da A3P é divulgar os resultados positivos, como maneira de incentivar novas adesões, tendo em vista os objetivos obtidos.

A A3P trouxe mudanças de paradigmas, pela busca de desenvolvimento. Para que haja desenvolvimento e as metas da Agenda se cumpram, os estilos de vida, as estruturas econômicas, as políticas públicas também deverão mudar.

Rodriguez (1997) salienta sobre as mudanças pelo desenvolvimento:

(...) desenvolvimento pode ser concebido basicamente como um processo de mudança estrutural, global e contínua de liberação individual e social que tem como objetivo satisfazer as necessidades humanas, iniciando pelas básicas e chegando até a aumentar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (RODRIGUEZ, 1997 p. 51).

Mas, esse desenvolvimento irá acontecer de forma gradativa já que o modelo de gestão anterior ainda prevalece.

Backer (1995), explica que:

(...) a gestão empresarial do meio ambiente não é de jeito nenhum a consequência de uma vontade de dominar, destruir ou antagonizar. Trata-se da consequência lógica da responsabilidade coletiva econômica que é atualmente a de todos os atores e intervenientes no equilíbrio do planeta (BACKER, 1995 p. 08).

A questão ambiental e a consciência ambiental pertencem a todos inclusive ao público que de forma lógica é responsável pelo todo.

Infelizmente, a maioria das instituições públicas brasileiras não segue ou simplesmente desconhecem a A3P. As instituições obedecem às normas ambientais por pressão dos órgãos reguladores, mas quando podem evitam qualquer responsabilidade ambiental.

Corroborando com essa ideia, Maimon (1996) explica:

(...) o comportamento ambiental das empresas públicas, principalmente daquelas ligadas à segurança nacional, ilustra claramente como a ausência de regulação acaba resultando no negligenciamento das empresas quanto ao meio ambiente (...) (MAIMON, 1996 p. 53).

Percebemos que, as empresas públicas negligenciam em parte, o assunto do meio ambiente por consequência da falta de medidas de exigências e pela falta de uma fiscalização eficiente.

5 METODOLOGIA

A pesquisa feita nesse estudo, classifica-se como exploratória, com abordagem qualitativa, a medida que nos permite uma visão sobre a problemática da atuação do cidadão, no caso desse estudo o servidor, diante dos problemas ambientais e suas adequações as soluções agora mostradas, mas, não facilmente adaptadas ao seu cotidiano.

Segundo Gil, (2002, p. 41), a pesquisa exploratória tem o objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explicativo ou a constituir hipóteses”. O autor esclarece que podemos dizer esses tipos de pesquisas “[...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições. Seu planejamento é portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.”

Na necessidade de uma fundamentação científica, realizamos uma pesquisa bibliográfica com base em livros e artigos científicos. Segundo Lakatos e Marconi (1999, p.73), a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, é a que abrange:

[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. Até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnéticas e audiovisuais: filmes e televisão.

Também foi usada no estudo, a técnica da observação não estruturada ou assistemática que tem como característica ocasional e que registra os fatos sem maiores meios técnicos. Como deixa bem claro, Marconi e Lakatos (1990, p. 81):

A técnica da observação não estruturada ou assistemática, também denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não planejamento e controle previamente elaborados.

O estudo com aproveitamento da observação assistemática, foi possível pelo aproveitamento de nosso tempo de estágio (2 anos), numa instituição pública atuante na área ambiental. Sendo assim, conseguimos observar, perceber e examinar os fatos que desejávamos estudar, com a vantagem de estarmos participando da comunidade e vivenciando o seu universo.

Ademais, a pesquisa tem caráter qualitativo, que significa possuir uma característica interpretativa. Como entende Laville e Dionne (1999, p.225), “[...] a pesquisa qualitativa acabou por desenvolver autonomia própria, podendo se referir a todas as pesquisas que privilegiam a interpretação dos dados, em lugar de sua mensuração”.

Além da observação utilizamos também um questionário disponibilizado on-line, aos servidores públicos de Instituições no segmento ambiental, através da ferramenta “google forms”. Em relação ao questionário, como forma de obtenção de respostas para pesquisas, para Gil (1999, p. 128) o questionário define-se como:

[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas e etc.

O questionário on-line foi acessível aos pesquisados, através da ferramenta Google Drive que, dispõe de vários aplicativos inclusive o Google Forms, utilizado em nossa pesquisa. Esse aplicativo nos possibilita a confecção de formulários on-line, coleta e análise de dados, como também gráficos e a visualização de resultados. Os questionários foram enviados para as instituições, indicando o link para que fosse respondido. Obtivemos a devolução de 32.

O objetivo da aplicação dos questionários aos servidores públicos em área ambiental era verificar o conhecimento, a sensibilidade e o grau de atualização

sobre educação ambiental e recursos de sustentabilidade ambiental. Buscamos ainda, verificar o quanto eles são sensíveis ou mesmo compreensíveis quanto aos impactos ambientais e o entendimento de quanto de contribuição eles podem dar para evitar ou uma maior degradação ambiental.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De posse dos achados da pesquisa empírica, passamos a análise e interpretação dos dados, de acordo com os objetivos propostos e estatelando as seguintes categorias de análise: necessidades e fontes de informação dos servidores, relativas ao meio ambiente; estratégias utilizadas pela instituição visando a sensibilização dos servidores para melhorar seu conhecimento referente a problemática do meio ambiente; conhecimento e contribuição da implementação da A3P no processo de reeducação ambiental dos servidores da instituição; avaliação dos pontos críticos de uma gestão ambiental na instituição que você trabalha.

a) Necessidades e fontes de informação dos servidores, relativas ao meio ambiente

Em que concerne a essa categoria, questionamos os participantes da pesquisa sobre as suas necessidades informacionais sobre a melhoria de seus conhecimentos ambiental, bem como as fontes que eles utilizam com vistas as atualizações. Nosso interesse com essas questões vem do fato de que, em nossas praticas de estágio em organizações ambientais e no cotidiano das observações empíricas, a impressão que se tem é de que nem sempre as pessoas que atuam no meio ambiente têm consciência das fontes de informação sobre essa temática e muitos menos o acesso facilitado. Para tanto, apresentamos um rol com várias fontes- formais e informais.

As respostas evidenciam que a maioria deles têm necessidades de informação referente a educação ambiental, conhecer as ações da A3P, legislação, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, novas tecnologias, medidas para minimizar infrações ambientais, balneabilidade de recursos hídricos, entre outros.

Aqui seguem alguns das respostas obtidas:

“Necessidade de um desenvolvimento sustentável para tentar solucionar a crise ambiental (falta de água, desmatamento,

aquecimento global, resíduos sólidos, poluição, queimadas, perda da biodiversidade, superpopulação, etc.)”
(ENTREVISTADO 01)

“Para prevenção de danos, planejamento de ações dentro do órgão, educação ambiental e desenvolvimento das ações da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)”
(ENTREVISTADO 02)

“Necessito de informações gerais e específicas sobre meu estado e minha cidade (Fortaleza) para auxiliar diretamente no desenvolvimento do meu trabalho de fiscal ambiental.
(ENTREVISTADO 05)

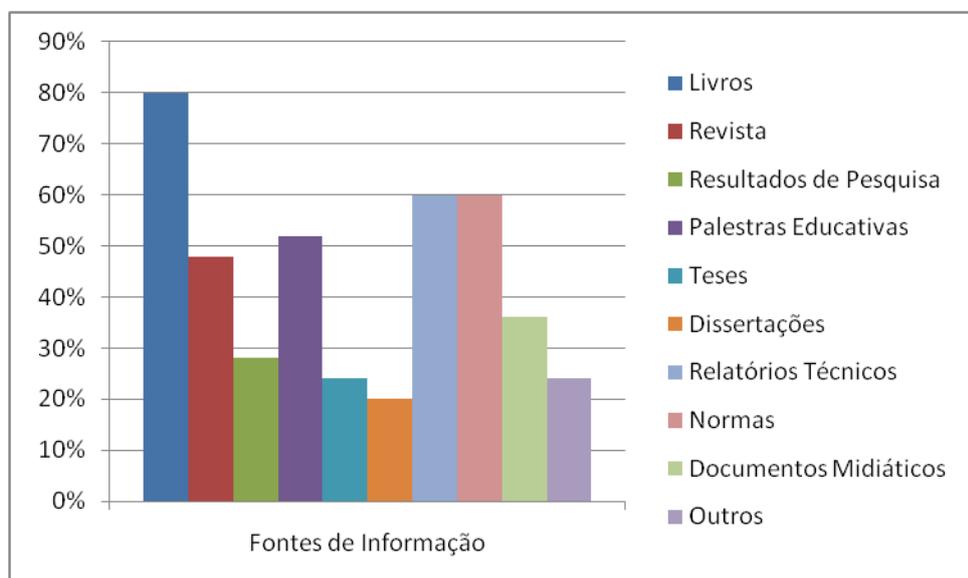
“Leis e Decretos Municipal, Estadual e Federal”
(ENTREVISTADO 11)

“Necessito saber a legislação ambiental, principalmente.”
(ENTREVISTADO 16)

Essas respostas são, de certa forma, surpreendentes, pois todos esses participantes atuam em organizações de meio ambiente, portanto, nosso pressuposto é de que eles estariam mais informados sobre os temas apontados.

No que diz respeito as fontes mais utilizadas, destacou-se os livros com (80%) e os relatórios técnicos com (60%). É importante salientar que as fontes formais se destacaram, talvez por sua importância para as normatizações legais da área ambiental.

Gráfico 1 – Fontes de informação mais utilizadas



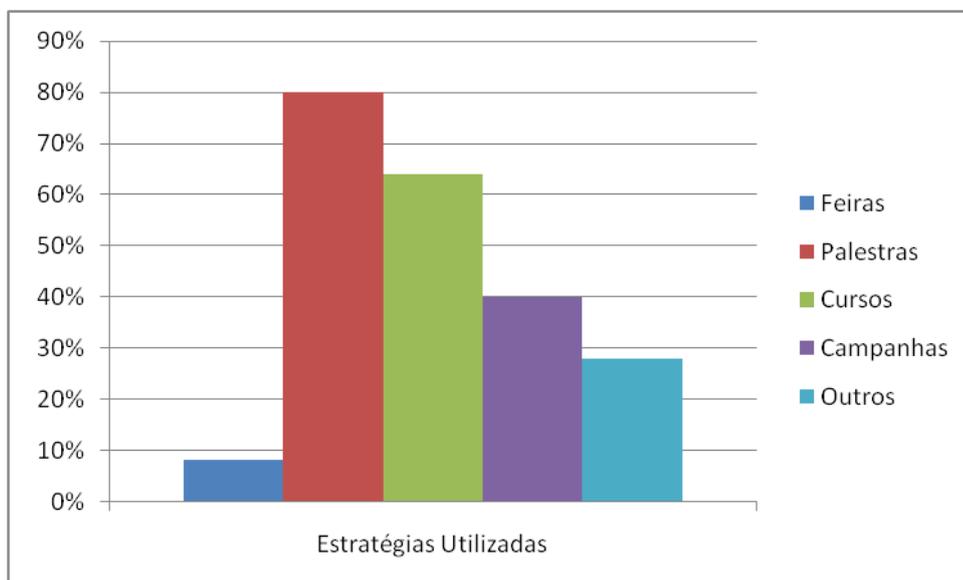
Fonte: Dados da Pesquisa

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de as palestras terem sido apontadas por 52% dos participantes. É um fato surpreendente, pois os organismos de meio ambiente atuam muito no âmbito de fiscalização, então não esperávamos que as fontes informais tivessem tanta importância para esses técnicos. Como se pautar com mais frequências em fontes informais se essas organizações atuam muito em fiscalizações que demandaria maior rigor no entendimento da lei. Embora tenham se referido às normas

b) Estratégias utilizadas pela instituição visando a sensibilização dos servidores para melhorar seu conhecimento referente a problemática do meio ambiente

Sabemos que as organizações voltadas para o meio ambiente precisam estabelecer ações que envolvem seu quadro de servidores para a educação e as ações relativas ao meio ambiente. Essa categoria engloba cinco (5) perguntas. Assim, inicialmente, apresentamos 5 estratégias que são utilizadas, como também as que mais contribuem para uma melhoria relativa ao conhecimento da problemática do meio ambiente. 80% dos participantes, indicaram que as suas instituições, utilizam as palestras como forma de contribuir para o enriquecimento do conhecimento em relação ao meio ambiente.

Gráfico 2 – Estratégias Utilizadas



Fonte: Dados da Pesquisa

Ainda a esse respeito, questionamos quais propostas sugeridas eles viam que, contribuía mais, para o conhecimento da problemática. As respostas em sua maioria foram os cursos, mas houve também outras sugestões, seguem algumas:

“Os cursos ofertados propiciam conhecimento que converge em uma prestação de serviço mais eficiente e assertiva” (ENTREVISTADO 07).

“Cursos, palestras e diálogos no dia a dia” (ENTREVISTADO 08).

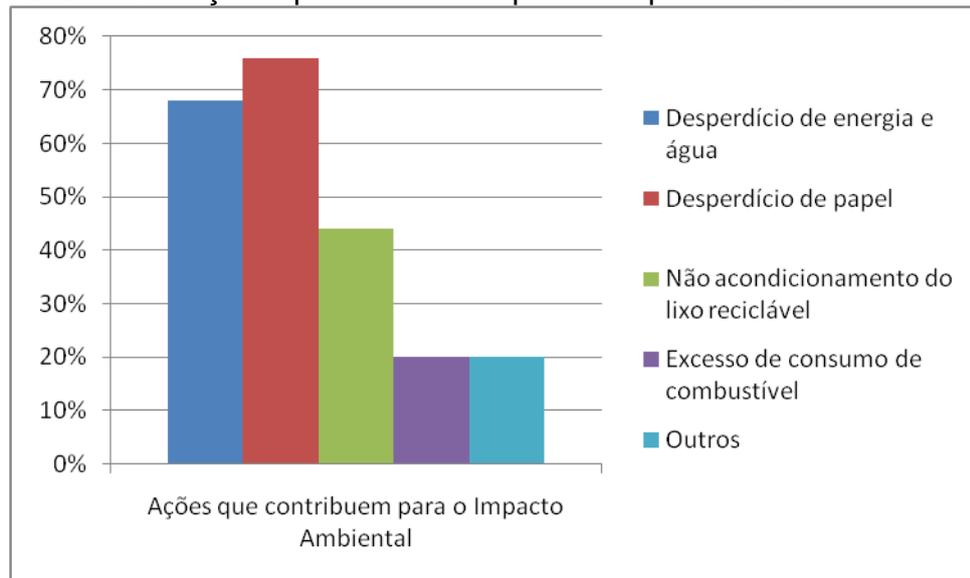
“Campanhas, essa forma agrega mais informações e também maior impacto na população” (ENTREVISTADO 10).

“Projetos, pois os alunos podem fazer com que a Lei funcione de maneira efetiva” (ENTREVISTADO 12).

“Curso é a estratégia mais efetiva, pois há oportunidade de debate das condições ambientais entre os participantes e encaminhamento de possíveis soluções” (ENTREVISTADO 18).

Outro quesito dessa categoria contempla os impactos ambientais conhecidos pelos servidores a respeito da instituição em que atua. Nosso interesse é saber se a instituição voltada para o meio ambiente se preocupa com o seu próprio meio ambiente, ou seja, com o ambiente de trabalho de seus servidores, e com a melhoria da percepção ambiental em sua instituição.

Novamente apresentamos um rol de possíveis ações de desperdício que contribuem para o impacto ambiental. 75% dos participantes indicaram como sendo o desperdício de papel, o primeiro dos maiores desperdícios de material, mais comuns em seus ambientes de trabalho. Acompanhados do desperdício de energia e água com 66,7. As outras respostas podem ser observadas no gráfico 3.

Gráfico 3 – Ações que contribuem para o Impacto Ambiental

Fonte: Dados da Pesquisa

Ainda nessa categoria, buscamos saber se a instituição se preocupa em adotar procedimentos administrativos com consciência ambiental, solicitando-lhes que justificassem suas respostas: O que houve, nos resultados foi um empate, onde 50% acreditam na preocupação de sua instituição e outros 50%, não entendem que existe uma busca na adoção de procedimentos administrativos com consciência ambiental.

Aqui estão algumas das justificativas para:

a) SIM

“Existe comissão formada e um plano de trabalho voltado para as ações da A3P” (ENTREVISTADO 02).

“Há uma preocupação sim, mas diariamente vemos o desrespeito ao que foi determinado, demonstrando que falta ainda consciência ambiental, fruto da falta de educação. Percebe-se que a informação está presente, mas a transformação da informação em ação deixa a desejar” (ENTREVISTADO 03).

“Há pequenas ações de separação do lixo, jardinagem, uso racional de papel, etc” (ENTREVISTADO 06)

“Existe a adoção de medidas preventivas e conscientização de consumo de água e energia”. (ENTREVISTADO 09)

b) NÃO

“Não percebo o envolvimento do contingente, tratam a coisa pública como se não tivesse sido comprada, não existem políticas internas que visem a economia do material consumido, ao contrario” (ENTREVISTADO 07)

“Não é posto em prática medidas de redução de desperdício” (ENTREVISTADO 11)

“Não, pois não tive conhecimento de nenhuma campanha feita com esse objetivo” (ENTREVISTADO 15)

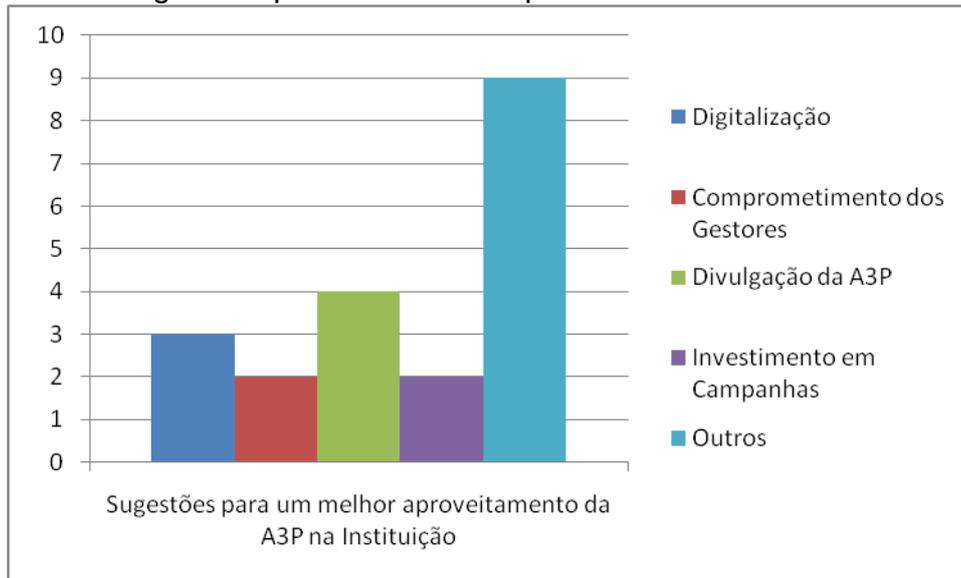
“Não vejo campanha no sentido de redução de recursos naturais. Os processos são protocolados ainda em meio físico (papel). (ENTREVISTADO 18)

É interessante observar que, embora as organizações pesquisadas atuem nas questões ambientais, mesmo assim, quando se trata das questões internas a esse respeito ainda deixa a desejar evidenciando o dito popular “casa de ferreiro, espeto de pau”. Talvez uma solução para esse problema fosse aplicar de fato a educação ambiental internamente, ou quem sabe fizesse um autofiscalização. Parece estranho, porém, seria uma forma de dar bons exemplos no seu ambiente interno e com isso despertar os seus servidores para a questão da educação ambiental e, conseqüentemente da informação ambiental, eles seriam multiplicadores levando ao seu entorno essa postura.

c) Conhecimento e contribuição da implementação da A3P no processo de reeducação ambiental dos servidores da instituição;

Indagamos aos participantes, se teriam conhecimento sobre a A3P e 92% responderam que sim. Apenas 8,0% admitiram que não conheciam. É muito estranho que ainda existam técnicos que atuam no meio ambiente e desconheçam essa agenda. Pois essa agenda é uma estratégia de construção de uma nova cultura ambiental que aponta nos critérios socioambientais e está “no ar” desde 2001.

Ainda nessa questão solicitamos que apontassem sugestões para um melhor aproveitamento da A3P na instituição. Foram várias as sugestões e as organizamos pelas palavras mais citadas, conforme o Gráfico 4

Gráfico 4 – Sugestões para um melhor aproveitamento da A3P na instituição

Fonte: Dados da Pesquisa

Para ilustração dessas palavras, apresentamos alguns depoimentos:

“Que envolva todos os setores da instituição, principalmente os gestores superiores, pois a educação pelo exemplo traz maiores resultados. Outro ponto seria a valorização das ações, pois o que se percebe é um faz de conta na implantação da A3P. Exemplo: O Estado faz a adesão, porém no momento da aquisição de itens para os almoxarifados, faz a escolha pelo menor preço, em detrimento da qualidade” (ENTREVISTADO 3).

“Despertar o interesse nas praticas sugeridas pela A3P diariamente nos servidores. Atualmente percebo que houve uma descontinuidade desse projeto “ (ENTREVISTADO 4).

“Digitalização de processos para reduzir a utilização de papel” (ENTREVISTADO 6).

“Maior divulgação das suas propostas. Crescimento de ações promocionais dos conceitos aplicados pela A3P” (ENTREVISTADO 8).

“Separação e reciclagem do lixo“ (ENTREVISTADO 10).

“Fazer um encontro divulgando todo o trabalho da A3P” (ENTREVISTADO 11).

“Que continue e invista mais nas campanhas, tanto dentro da administração pública quanto fora” (ENTREVISTADO 13).

“Digitalização processual” (ENTREVISTADO 17).

“Ninguém aplica, por falta de conhecimento” (ENTREVISTADO 18).

“Comprometimento do gestor, primeiramente” (ENTREVISTADO 20).

d) Avaliação dos pontos críticos de uma gestão ambiental na instituição que você trabalha.

No questionamento sobre a avaliação dos pontos críticos de uma gestão ambiental, houve alguns participantes que salientaram sobre a falta de informação e de estímulo relativo as questões ambientais; A conscientização das pessoas; A dificuldade da administração de interesses antagônicos, onde se tem a procura pelo desenvolvimento e a preocupação com o meio ambiente.

Foi feito também aos pesquisados, um pedido por comentários que eles julgassem necessários, e seguem alguns deles:

“Com educação ambiental se consegue reverter os problemas ambientais” (ENTREVISTADO 20).

“A sociedade em geral ainda não entendeu que, a qualidade de vida e a longevidade das pessoas com saúde depende do meio ambiente equilibrado” (ENTREVISTADO 22).

“Em uma instituição com superávit de arrecadação deveria haver projetos para ser referência em sustentabilidade, desde o uso de energia solar/eólicas até o reuso de água e extinção de processos em papel” (ENTREVISTADO 02).

“Considero de suma importância o disciplinamento por parte dos órgãos públicos, quanto à obrigatoriedade de se inserir na administração pública critérios socioambientais. Mas, para se cumprir de fato, e não somente com um discurso sustentável” (ENTREVISTADO 01).

“Acho necessário leis mais específicas” (ENTREVISTADO 06).

Conforme as respostas evidencia-se que existe sim uma lacuna no que diz respeito a informação, a sensibilização e a conscientização. Entende-se também que, a informação ambiental, é o veículo para que haja, um melhor aproveitamento para educação ambiental. Sendo assim, existirá melhor percepção ambiental e um melhor aproveitamento dos recursos aplicados nas instituições públicas. Sem

esquecer que os participantes deixaram claro, a preocupação com o real engajamento dos gestores no que diz respeito, ao compromisso com o meio ambiente.

7 CONCLUSÃO

Ao terminar uma pesquisa é necessário voltarmos aos objetivos a fim de verificarmos se eles foram atingidos e se a questão problema foi respondida.

Com relação ao objetivo de conhecer as necessidades informacionais dos servidores, relativas ao meio ambiente ficou evidente a informação ambiental é extremamente necessárias para que o servidor perceba melhor a problemática ambiental. A informação traz ao cotidiano, um exercício diário para uma reeducação, e para a prática de novos costumes. Aliada a essa reeducação, cria-se uma nova percepção, devido aos novos conhecimentos adquiridos.

Por meio da pesquisa, foi possível perceber que, existem muitas necessidades informacionais por parte dos servidores. Seja ela, sobre legislação, prevenções, fiscalizações, desenvolvimento sustentável, campanhas e cursos, as informações são necessárias. A deficiência informacional acarreta num bloqueio parcial do desenvolvimento da Instituição. Além de que, um maior conhecimento informacional sobre sua área atuante, resulta numa melhor percepção, um novo olhar, e uma geração de soluções para toda a problemática ambiental.

Podemos compreender que as estratégias utilizadas pelas instituições não estão contribuindo satisfatoriamente para o crescimento do conhecimento de seus servidores. Para que haja uma maior mudança em seus conhecimentos e ações as estratégias são necessárias até para que o meio ambiente não se torne um assunto obsoleto.

Entendemos que a informação gera uma nova educação, novos hábitos do dia a dia, novos costumes, novas percepções e uma série de transformações em suas atitudes. Desenvolvendo no servidor, além de uma visão mais abrangente sobre os problemas ambientais e suas conseqüências, uma sensibilidade maior para aplicar as diversas formas de proteção ao meio ambiente. A informação gera a educação, que gera a percepção, que gera a transformação necessária para a mudança do planeta. Dessa forma, vemos a importância da real implementação de projetos que visam a disseminação do conhecimento sobre os problemas

ambientais, suas possíveis soluções, como também estratégias de caminhos para uma nova cultura ambiental

No que concerne a identificação dos impactos ambientais que levam ao desperdício de material dentro de Instituições Públicas Ambientais, é importante para que a sociedade possa ver no exemplo dessas instituições a importância de se preservar o meio ambiente. E após pesquisa podemos perceber que ainda existe sim desperdício e mau uso de recursos naturais. E para que haja uma transformação dessa problemática, uma nova cultura deverá ser implantada dentro dessas instituições.

Essa nova cultura é necessária para que haja novos hábitos, não nocivos ao meio ambiente, criando assim, novas percepções em seus servidores para que cooperem na preservação ambiental e na contribuição do avanço para um desenvolvimento sustentável. Desde o racionamento inteligente de energia e água, a digitalização de documentos para a economia de papel, a separação e reciclagem do lixo, o bom senso no uso do combustível, até a compra de produtos que tenham compromisso real com o desenvolvimento sustentável e sejam efetivamente ecologicamente corretos.

O Desenvolvimento Sustentável na administração pública requer mudanças na instituição desde o maior nível hierárquico ao menor. Isto é, requer uma mudança comportamental, de toda a Instituição. A implementação do desenvolvimento sustentável, visa o social, o ecológico e o econômico. Portanto, inferimos que, toda a mudança na consciência ambiental da Instituição, acarretará num lucro não só para própria instituição, mas também para o servidor e para o próprio planeta. A percepção ambiental deve ser trabalhada como um todo, o servidor precisa entender e perceber que existe uma preocupação, uma atuação e uma vivência, de todo o órgão. Para que haja um despertar do interesse de todo um conjunto, em prol do meio ambiente. Não adianta ser determinado ao servidor, regras e padrões ecológicos, se ele não enxergar uma mudança em todos os níveis de sua instituição. O exemplo tem que partir do mais alto nível hierárquico, para que todos os outros níveis compreendam a necessidade da transformação e sua importância.

No tocante a avaliação da contribuição da A3P na reeducação ambiental dos servidores, concluímos que existe uma divisão nas opiniões. Enquanto alguns

servidores entrevistados conhecem as estratégias para uma nova cultura, outros a desconhecem, mesmo ambos trabalhando na mesma instituição.

Avaliando a partir dessa problemática, percebemos alguns pontos críticos numa gestão ambiental nas próprias Instituições públicas Ambientais. Os maiores pontos críticos citados se referem ao pouco engajamento dos gestores, aos interesses antagônicos do Desenvolvimento e Meio Ambiente e a conscientização de seus servidores.

Enfim, concluímos que avaliar o nível da percepção ambiental de várias instituições, não é tarefa fácil. Mas, apresentamos aqui conhecimentos e resultados obtidos por meio deste trabalho para que sirva como base para outras investigações.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- ALBAGLI, S. Informação e Desenvolvimento Sustentável: novas questões para o Séc. XXI. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 119-125, jan./abr. 1995.
- ALIROL, P. Como Iniciar um processo de Integração. In: VARGAS, H. C., RIBEIRO, H. (orgs.). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: EDUSP. P. 21-42. 2001.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALVES, D. **Um estudo sobre ações municipais em direção ao desenvolvimento sustentável por meio da análise dos oito objetivos do milênio**: os casos de Ibatinga e São Carlos. Araraquara, 2008. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Centro Universitário de Araraquara.
- ARTIGO 19. **Acesso à informação ambiental**. Disponível em: <<http://artigo19.org/doc/CARTILHAAMBIENTALARTIGO19.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ISO 14001**: Sistemas de Gestão Ambiental: especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BACKER, P. **Gestão Ambiental**: a administração verde. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BARBIERI, J. O. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARROS, L. V. **A Efetividade do Direito à Informação Ambiental**. 2004. 230 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BARRETO, A. de A. A Eficiência Técnica e Econômica e a Viabilidade de Produtos e Serviços de Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 405-414, set/dez. 1996.

BOLLMAN, H. A. Metodologia para Avaliação Ambiental Integrada. In: MAIA, N.; MARTOS, H.; BARELLA, W.(orgs.). **Indicadores ambientais**: conceitos e aplicações. São Paulo: INEP, 2001, p. 15-46.

BRASIL. Ministério de Estado do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília: MMA, 2009.

BRUSEKE, F. J. Desestruturação e desenvolvimento. In: VIOLA, E. FERREIRA, L. C. (org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 103-132.

CAIDEN, G. E., CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do Conceito de Desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARIBÉ, R. C. V. Subsídios para um sistema de Informação ambiental no Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 1992.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas**: o passo decisivo para a administração participativa. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CPDS) E DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 Brasileira**: Bases para Discussão. Brasília, DF: MMA: PNUD, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORAZZA, R. I. Gestão Ambiental e Mudanças da Estrutura Organizacional. **RAE – eletrônica**, v. 2, n. 2, jul-dez/2003. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482003000200011.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

DIAS, G. F. **Ecopercepção**: um resultado didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

_____. **Educação ambiental, princípios e praticas**. 8ª ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

EDUCAÇÃO para um Futuro Sustentável: Uma Visão Transdisciplinar para Ações compartilhadas./ Unesco. – Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

FERRARA, L. D`A. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO. V. ; OLIVEIRA, L. de. (org.). **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. São Carlos – SP: UFSCar, 1996. p. 3-22.

FERRARA, L. D´A. **Olhar Periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brasil**: desafios Competitivos para a Indústria. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1995.

FREIRE, G. H. A. Construindo um Hipertexto com o Usuário. **Ci. In.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 101-110, set./dez. 2000.

FURNIVAL, A. C. Desenvolvimento Sustentável e a Sociedade da Informação: uma parceria natural? **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 73-82, jan./jun. 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE. **Programa de Implantação da A3p**. Disponível em: <<http://www.sema.ce.gov.br/images/stories/coeas/a3p/a3p-apresentacao-completa.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar, 2003.

JABBOUR, C.et.al. Gestão Ambiental e Estrutura Organizacional: estudo de Múltiplos Casos. **REGE**, São Paulo- SP, v. 19, n. 3, p. 361-376, jul./set. 2012.

LACOMBE, F. **Recursos Humanos**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG: Artmed, 1999.

LEME, C. K. L. S. O Direito à Informação e os Organismos Geneticamente Modificados. **Revista de Direitos Difusos**, v. 7, p. 871-881, jun. 2001.

- MACEDO, R. L. G. **Percepção e Conscientização Ambientais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.
- MAIMON, D. **Passaporte Verde: Gestão Ambiental e Competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR., A. ; COUTINHO, S. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 7-20, 2008.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2 ed. rev. e ampl. 1990.
- MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em educação ambiental**. Vol. 3, n.1, p. 203- 222, 2008.
- MARTELETO, R. Cultura Informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ci. In.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, jan./abr. 1995.
- MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE: **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais**: Módulo específico licenciamento ambiental de estações de tratamento de esgoto e aterros sanitários. Brasília: MMA, 2009.
- MOURA, F. M. **Educação Ambiental como Prática de Gestão das Empresas Socialmente Responsáveis**: um estudo de caso. Salvador, 2007.
- MUELLER, C. C. Situação Atual da Produção de Informações Sistemáticas sobre o meio ambiente. **Ci. Inf.**, Brasília, v.21, n.1, p. 14-22, jan./abr. 1992.
- NOVAES, W. (coord.); RIBAS, O; NOVAES, P. da C. **Agenda 21 Brasileira - Bases para discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000,
- OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento**. São Paulo: Plêiade, 1996.
- PALMA, I. R. **Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental**. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- PASSOS, E. **Ética nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- PHILIPPI JR., A. F.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2 ed. São Paulo: USP. Faculdade de Saúde Pública, Núcleo de Informação em Saúde Ambiental: Signus, 2002.

PONTE, M. C. **Ciclo de Comunicação e Transferência de Informação na Área de Meio Ambiente**: um Estudo de Caso. O núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, 2000. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – ECO/UFRJ- IBICT/ CNPQ, Rio de Janeiro, 2000.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Ed. Rima, 2004.

RIBEIRO, J. A. **Percepções de Feirantes e Produção de Lixo no Ver-o-Peso: Indicativos para Pensar Ações de Educação Ambiental**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará. 2001.

RICO, E. M. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, out./dez. 2004.

RODRIGUÉZ, J. M. M. Desenvolvimento Sustentável: níveis conceituais e modelos. In: CAVALCANTI, A. P. B. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento**: bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC, 1997.

ROSA, T. B. D. Gestão ambiental: uma perspectiva sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas. UNOPAR Cient., **Cienc, Jurid. Empres.**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 255-258, set. 2013.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental**: Implantação Objetiva e Econômica, 4ª ed, São Paulo: Atlas, 2011.

SOARES, N. S. Fragmentos de uma abordagem sobre alguns fundamentos pedagógicos da ação educacional transdisciplinar. **Agere Revista de Educação e Cultura da pós-graduação da FAGED/UFBA**, Salvador, v. 4, n. 4, 2002.

SORRENTINO, M. et.al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai./ago., 2005.

STRANZ, A. et. Al. Projeto Universidade Solidária – Transmitindo Experiências em Educação Ambiental. In: ZAKRZEWSKI, S. B. B.; VALDUGA, A. T.; DEVILLA, I. A. (orgs.). Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XVI Semana Alto Uruguaí do Meio Ambiente. Ed. EdIFAPES. Erechim – RS. 2002. p. 222.

TAKAHASHI, T. (org.). **Livro verde da Sociedade da Informação no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAVARES, C.; FREIRE, I. M.. “Lugar de lixo é no lixo”: estudo de assimilação da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 125-135, mai./ago. 2003.

TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. de Livia de Oliveira. São Paulo: Eduel, 2012.

UNESCO. Congresso Internacional UNESCO/PNUMA sobre la educacion y la Formacion Ambientales, Moscou, in: **Educação Ambiental, Situação Espanhola e Estratégia Internacional**. DGMA-MOPU, Madrid, 1987.

VASCO, A. P.; ZAKRZEVSKI, S. B. B. O estado da Arte das Pesquisas sobre Percepção Ambiental no Brasil. **Perspectiva**, Erechim, v. 34, n. 125, p. 17-25, março/2010.

VASCONCELOS, C. R. de. **O papel das ONGS brasileiras na produção e disseminação de informação ambiental**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

VIEIRA, A. S. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.15, n. 2. p. 202-209, set. 1986.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

Questionário sobre as necessidades informacionais no meio ambiente.

Questionário voltado para servidores no setor do meio ambiente.

1) Quais são as suas necessidades de informação sobre o meio ambiente?

2) Assinale as fontes de informação ambiental, que você tem acesso na sua Instituição? (Você pode marcar mais de uma opção).

- Livros
- Revistas
- Resultados de Pesquisas
- Palestras Educativas
- Teses
- Dissertações
- Relatórios Técnicos
- Normas
- Documentos Midiáticos
- Outros

3) Assinale as estratégias utilizadas pela sua Instituição, que contribuem para as mudanças relativas ao conhecimento da problemática do meio ambiente.

(Você pode marcar mais de uma alternativa).

- Feiras
- Palestras
- Cursos
- Campanhas
- Outros

4) Dessas estratégias acima, qual (ais) é (são) aquela (as) que estão contribuindo para as mudanças relativas ao conhecimento da problemática do meio ambiente na Instituição?

Por favor, justifique a sua resposta ;

5) Você conhece a A3P (Agenda Ambiental do Meio Ambiente).?

- Sim
- Não

6) Se você conhece a A3P, qual sugestão você daria para um melhor aproveitamento na sua instituição?

7) Quais são os impactos ambientais que você conhece na sua instituição que estão associados ao desperdício de material? Você pode marcar mais de uma alternativa

- Desperdício de energia e água
- Desperdício de Papel
- Não acondicionamento do lixo reciclável.
- Excesso de consumo de combustível
- Outros

8) Você acredita que sua instituição se preocupa em adotar procedimentos administrativos com consciência ambiental?

- Sim
- Não

9) Por favor, justifique sua resposta.

10) Como você avalia os pontos críticos de uma gestão ambiental?

11) Caso julgue necessário, por favor, teça seus comentários.